

Formas e significados: a construção da significação

Clara Nunes Correia

Abstract: This presentation will focus on some important discussions about the various conceptions of the semantic object. With this purpose the discussion of some of the different viewpoints based on different theoretical frameworks such as formal semantics, cognitive grammar and the enunciative formal theory, is proposed dealing with the contributions of these frameworks in order to build a link that relates the notation, signification and reference. In this paper, it is assumed that it is possible to consider that all these different concepts lead us ultimately to the same goal: to provide the interpretation of the linguistic statements and sentences with conceptual and formal sustainability, relating simultaneously, forms and constructions, considered as a potential field of the linguistic analysis.

Introdução: Na discussão tradicional sobre o objecto de estudo da semântica encontramos em Lyons 1977 (vol I) uma definição algo iniciática e taxativa que, longe de arrumar e definir um objecto de estudo, desencadeia uma pluralidade de hipóteses que abrem inúmeros caminhos (e dúvidas) para quem quer dizer o que se estuda quando se estuda semântica. Assim, ao definir que a semântica “*is the study of the meaning*” (op. cit.:1) o autor mostra que a definição proposta (i.e., o valor possível do verbo *to mean*) abarca os conceitos de significado / referência / sentido...O mesmo autor, (idem: 176-229) nesta mesma obra, desenvolve uma estratégia argumentativa em que quer a referência, quer o sentido (*sense*) aparecem interligados ao conceito de denotação de forma a garantir a explicação/explicação do funcionamento lógico-formal das proposições (e das formas) que satisfazem a

possibilidade de interpretação de sequências linguísticas.

Independentemente de se poder – ou não – associar estes conceitos – e independentemente da sua validação por parte da Filosofia da Linguagem – as propostas de Lyons podem ser repensadas se se assumir que qualquer sequência linguística bem formada, num dado sistema linguístico, é interpretada (porque permite a reconstrução dos valores das formas que evidenciam) pelos falantes. Essa capacidade – de natureza cognitiva – assenta em relações não biunívocas entre operações cognitivas e formas linguísticas. É neste sentido que me proponho discutir, como forma de validação desta hipótese, os valores semânticos de algumas formas gramaticais disponíveis em PE.

Sobre o objecto de estudo da semântica: Nos diferentes trabalhos que se publicaram sobre o objecto de estudo da semântica encontramos uma

oscilação terminológica que, de algum modo, focaliza uma vertente do objecto de estudo consoante a perspectiva (ou o ponto de vista) que se pretende desenvolver. Assim, encontramos uma resposta assumidamente centrada no estudo do significado – englobando-se neste conceito as propostas estruturalistas como as de Ullmann (1964) – ou nas relações que se podem estabelecer entre sentido e referência, opção teórica baseada essencialmente nas perspectivas dos filósofos da linguagem desde Frege (1892) a partir do texto *Über Sinn und Bedeutung*. Em certo sentido este é o texto paradigmático que suporta os trabalhos desenvolvidos no âmbito da semântica formal (cf. e.o., os trabalhos publicados por Montague 1974, Partee 1979, Cann 1993, sobre o inglês, tendo existido repercussões deste trabalhos na descrição do português, sobretudo nos trabalhos de Lopes 1971 e Peres 1987). Por seu lado, os modelos cognitivistas, ao desfazerem de forma categórica uma perspectiva modular da Gramática – suporte basilar dos modelos formais – vão defender que ‘o significado é, por natureza enciclopédico’, assumindo uma interdependência necessária entre unidades (ou *rotinas*) cognitivas de três tipos: semânticas, fonológicas e simbólicas, cabendo às unidades

simbólicas definir uma relação ‘bipolar’ entre as unidades semânticas (o significado) e as unidades fonológicas (o significante). (Silva 1995)¹.

Embora não explicitamente, ao afastar-se dos modelos desenvolvidos pela gramática cognitiva, mas assumindo uma interdependência entre níveis de análise, Culioli & Desclés (1981) vão estabelecer um conjunto de primitivos que permitem entender a linguagem enquanto actividade de natureza cognitiva e a manifestação dessa actividade nas línguas naturais. Para estes autores, a semântica perde um estatuto de autonomia modular. Neste caso deixa de fazer sentido falar de um ‘objecto de estudo da semântica’, mas, em contrapartida, fará sentido encontrar um elo entre noções e operações abstractas (de natureza cognitiva) e ocorrências nocionais e marcadores linguísticos dessas operações (entendidos como manifestações linguísticas não homogéneas e deformáveis em cada língua natural e de língua para língua). A interrelação (formal) entre o que é do domínio do cognitivo e o que é do domínio do linguístico constitui os mecanismos (metalinguísticos) centrados na construção da significação: “em

¹ Sobre a Semântica Cognitiva, cf., e.o., Langacker 1987, Talmy 1988, ou Silva 1995 e 1999.

teoria formal enunciativa este termo está associado ao de enunciado [sequência textual /linguística a que é associada uma significação] e inclui, além do sentido da relação predicativa (proposição) que lhe é subjacente, os valores referenciais das diferentes categorias gramaticais (...)²

Denotação e referência: a proposta delineada acima anula, em certo sentido, as definições que encontramos em diferentes autores, tais como a definição de que a semântica tem por objecto o estudo do significado ou, de uma forma mais elaborada – e com mais consequências para este artigo – de que a semântica de uma língua natural, (ou formal), é definida como o conjunto de regras e princípios de acordo com os quais as expressões dessa língua são interpretadas³.

Assim, para que se possa discutir – e recuperar – o objecto de estudo que caracteriza esta área ter-se-á que discutir

² Citação retirada do Dicionário de Termos Linguísticos. Esta entrada é da responsabilidade de Henriqueta Campos Campos. (DTL, vol II: 345)

³ Em termos gerais pode assumir-se que interpretar uma expressão (simples ou complexa) é atribuir-lhe um dado valor semântico, isto é, o modo como uma dada expressão contribui para determinar a verdade ou falsidade de uma frase. O valor semântico de uma dada expressão depende dos valores de verdade (ou de falsidade) que lhe são atribuídos de acordo com determinadas condições

as condições que validam a interpretabilidade das frases, ou, em alternativa, as relações que é possível estabelecer entre formas linguísticas e as operações cognitivas que essas formas representam. Discutir-se-á, de seguida e de forma abreviada, as consequências que cada uma destas hipóteses tem para dar resposta à relação entre forma e significado.

Se se assumir, de acordo com Russell ([1956]1990: 203 e segs), que uma expressão pode ter significado, não significando nada (como é o caso da expressão *o actual Rei de França*) ou que uma expressão pode representar (denotar) uma entidade definida (específica) (*a actual Rainha de Inglaterra*) ou/e uma expressão pode denotar uma entidade de forma ambígua (como *'um homem'*), por exemplo, lidar-se-á com um conjunto de parâmetros validáveis a partir do conhecimento que um dado sujeito tem sobre o mundo. Por outras palavras: se se aceitar como plausível a discussão que centra a interpretabilidade no estabelecimento (e verificação) de funções lógico-matemáticas focalizadas na verofuncionalidade, verifica-se que, sob o ponto de vista descritivo, existem restrições que podem bloquear a interpretação de sequências linguísticas,

apesar de poderem satisfazer os valores de verdade dessa proposição.

Do debate sobre esta questão será aqui importante referir as propostas de Strawson ([1956]1990) que, de alguma forma, ajudam a recolocar a questão da atribuição dos valores de verdade. Strawson, ao (re)discutir a frase de Russell (*o actual rei de França é calvo*) – discussão esta que pode ser parafraseada, em termos gerais, como é que uma frase pode significar seja o que for se não existe (actualmente) nenhum rei de França? – defende, como possível solução, a necessidade de se distinguir entre o que é (ou se define como sendo) uma frase, ou uma expressão, (sob o ponto de vista formal ou gramatical), o uso da frase, ou da expressão, e as condições (de ordem pragmática) que permitem, ou autorizam, a produção da frase (ou da expressão), e, conseqüentemente a sua interpretação num dado Tempo. Aceitando esta linha de argumentação, poder-se-á, então, defender que o pólo de argumentação pode ser deslocado do domínio da lógica, para o domínio do uso da língua. Assim, os valores associados à interpretação ultrapassam a mera verificação da relação lógica que associa sentido à referência, para um pólo de validação da produção linguística, produção essa ancorada num

sistema referencial, que pode ser definido a partir de três parâmetros abstractos: Sujeito/ Tempo e Espaço da Enunciação.

Significação: Sob um ponto de vista formal (mas não formalizado) poder-se-á defender que a relação entre sentido e referência se centra num conjunto de procedimentos descritivos que definem a significação como ponto importante para o entendimento e explicação do funcionamento e da interpretação das formas e construções produzidas e reconhecidas pelos falantes num dado sistema linguístico. Nesta perspectiva, mais do que a referência, poder-se-á discutir que são os valores referenciais, atribuídos a expressões e/ou a enunciados, como pontos relevantes, para a descrição do funcionamento dos ‘textos’.⁴

De forma a exemplificar o que atrás se defendeu, apresenta-se um extracto de um texto de Campos 2001, discutindo-se, sobretudo de que forma a significação desse excerto pode ser construída.

⁴ Entende-se aqui texto como o conjunto de informação linguística e não como um objecto teórico e epistemológico.

Construção da referência dos enunciados / construção da significação: um caso de estudo

“Conta Umberto Eco, em *Kant e o Ornitórinco* (Eco 1997/1999) que, ao chegar a Java, Marco Polo encontrou uns animais que ele nunca vira antes, mas dos quais, por analogia com outros animais conhecidos, distinguiu o corpo, as quatro patas e o corno “(...) dado que a sua cultura lhe punha à disposição a noção de unicórnio, como precisamente de quadrúpede com um corno no focinho, ele designa estes animais como unicórnios. [...]. Marco Polo parece tomar uma decisão: em vez de ressementar o conteúdo acrescentando um novo animal ao universo dos vivos, corrige a descrição dos unicórnios que, se existem, são precisamente como ele os viu e não como a lenda conta. Modifica a intensão, deixando incólume a extensão.” (p.65-66). (...) “a linguagem não constrói o ser: interroga-o, encontrando sempre e de qualquer modo algo *já dado*” (p.62). (...)

Transpostos para a actividade da linguagem, estes comentários de Umberto Eco permitem ilustrar como o SUJEITO ENUNCIADOR constrói a significação (...)⁵(Campos 2001)

Numa 1ª leitura, é importante destacar a discussão (referencial) sobre a identificação linguística da noção de unicórnio. Assim, entre o que MP julgava ser um unicórnio e o reconhecimento objectivo de um ser que parcialmente apresenta as características fundamentais de um unicórnio: “(...) por analogia com outros animais conhecidos, [MP] distinguiu o corpo, as

quatro patas e o corno (...)”. Os processos de representação linguística recuperam, deste modo, os processos (imaginários) de uma representação mental, partilhada num dado universo cultural. Este processo de construção da referência por ‘analogia’ é caracterizado, segundo UE, por uma alteração da definição *intensional* de unicórnio, sem que a extensão venha a ser alterada: “(...) [MP] em vez de ressementar o conteúdo acrescentando um novo animal ao universo dos vivos, corrige a descrição dos unicórnios que, se existem, são precisamente como ele os viu e não como a lenda conta. Modifica a intensão, deixando incólume a extensão. (...)” A não-sobreposição entre aquilo que *se sabe* e aquilo que *se conhece* (porque se tomou conhecimento) é, sem dúvida, um dos pontos relevantes, a ter em conta na construção da referência. Esta última afirmação pode, no entanto, alguns problemas que se prendem com a possibilidade de uma não-sobreposição entre o mundo real (o animal que MP designa como unicórnio, porque o vê) e a noção (de natureza cultural) que definiu o objecto e lhe conferiu uma referência.

A par desta problemática – e directamente relacionada com ela – a construção dessa informação (o que MP

⁵ O sublinhado (a negrito) é da minha inteira responsabilidade

viu, o que UE disse que MP disse, e o que HCC disse a partir dos dados que recebeu de UE) assenta num processo de reconstrução de um discurso ‘em cascata’: HCC conta que UE conta que MP...Esta recursividade assumida só é percebida por assentar, ela própria em pressupostos (pré-construídos) que permitem ao leitor (formalmente o co-enunciador) recuperar, pelo conhecimento que tem do mundo, e identificar (mesmo que conceptualmente) MP /um unicórnio... Assim, de alguma forma pode dizer-se que a interpretação (possível) que se atribui a frases e enunciados, se pode explicar a partir dos diferentes graus de conhecimento que enunciadores e co-enunciadores têm do mundo. Entre essas várias formas de manifestação (linguística) poder-se-á encontrar (e delimitar) as formas e construções específicas para cada língua, construtoras (ou marcadoras) desse conhecimento. Foi esse exercício que orientou a leitura do texto de HCC, acima parcialmente transcrito.

De forma a exemplificar a marcação linguística desses diferentes graus de conhecimento, destacarei algumas ocorrências linguísticas que considero relevantes.

Assim, através de processos como a citação e /ou a paráfrase, a autora

evidencia alguns dos mecanismos que permitem exhibir, em termos linguísticos, a articulação entre responsabilização e não-responsabilização do Sujeito Enunciador, (S₀). Estes processos manifestam-se aqui quer através de formas enunciativas como o presente do indicativo **Conta Umberto Eco...**, quer de estruturas com prep+inf, marcadoras de localização espacial e temporal **...ao chegar a Java ...** ou de formas do pps (marcadoras de uma localização temporal/ espacial, com valor aspectual não perfectivo) **... Marco Polo encontrou...** ou , ainda de formas do MQPS, evidenciando estas formas a ruptura em relação ao tempo da referência. Estas formas, marcadoras de anterioridade manifestam, sob o ponto de vista aspectual, um valor não perfectivo **...nunca vira antes...**

Deste modo, a construção da referência (i.e., a designação de um *objecto novo*, referencialmente definido) assenta na interrelação de operações de identificação e de diferenciação. Estas operações relacionam a percepção (real), validada pelo observador, manifestando, simultaneamente, a construção de um ponto de vista e a construção de uma imagem (re)construída, não validada /não verificada **... se existem, são portanto,**

como *ele os viu e não como a lenda conta*

Se nos centramos agora na forma como se relacionam as diferentes responsabilidades enunciativas, verifica-se que:

- a) S₀ constrói a referência a partir de um facto contado por um outro sujeito S₀'
- b) a validação não é discutida ou posta em causa: S₀ constrói um valor de identificação com S₀'
- c) S₀ redirecciona a informação de S₀', dando relevo à construção de evidências que permitem, como objectivo final, a compreensão de uma epistemologia da linguagem ou, em última análise, a marcação de 'um ponto de vista' sobre a actividade da linguagem, assumida como um processo de reconstrução enunciativa

Ao lermos com atenção este excerto poderemos ainda reter as marcas linguísticas que nos permitem entender aquilo que aqui será designado como *plano(s) da narração /enunciação*. Estes 'planos' reforçam, por um lado o encadeamento de responsabilidades enunciativas, i.e., S₀' localiza a responsabilidade da construção /representação em outro sujeito (S₂): **Marco Polo parece tomar uma decisão**, o que permite que S₀' reconstrua a informação construída: **em vez de ressegmentar... [MP] corrige a descrição dos unicórnios.**

A validação do conhecimento dos estados de coisas construída por S₀', por parte de S₀, é marcada por sequências, como *estes comentários de UE permitem ilustrar a forma como....*

A análise parcial do texto de HCC, acima proposta, assentou na discussão e na observação de dados a partir de um ponto de vista (aqui o ponto de vista de HCC). Metodologicamente fez-se o levantamento de formas que permitem interpretar o texto, a partir da articulação entre o que é dito e o que lhe está subjacente, propondo-se uma análise dessas formas que satisfaça (de forma feliz, no sentido griciano do termo) a leitura do texto, criando-se a possibilidade de generalização (conceptual) de encontrar – de forma estável – uma abrangência das problemáticas inerentes à construção da referência. Para que esta abrangência se verificasse, foram tidos em conta quer a relação entre parâmetros enunciativos (sujeitos diferenciados vs planos enunciativos diferenciados), quer os valores dos tempos gramaticais utilizados (Presente /PPS / PMQS).

Tendo presente o objectivo deste trabalho – dar conta da construção da significação a partir das relações definidas entre formas e construções linguísticas – este texto de HCC constitui um excelente ponto de

reflexão, ajudando a perceber a dinâmica que permite a sua interpretação.

Referências Bibliográficas

- Campos, Maria Henriqueta Costa. 1992. Significação. In *Dicionário de Termos Linguísticos* (Vol. II). Lisboa: Edições Cosmos.
- Campos, Maria Henriqueta Costa. 2001. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In Augusto Soares Silva (org), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL/UCP-Faculdade de Filosofia de Braga, pp.325-340.
- Cann, Ronnie. 1993. *Formal semantics*. Cambridge: CUP.
- Culioli, Antoine & Jean Pierre Desclés 1981 *Systèmes de représentations linguistiques et métalinguistiques*. Paris: Université Paris 7/DRL.
- Eco, Umberto [1997] 1999 *Kant e o Ornitórrinco*. Lisboa: Difel.
- Frege, Gottlob. [1892] 1990. Ueber Sinn und Bedeutung (trad. inglesa: On sense and nominatum). In A.P. Martinich (ed) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 190- 202.
- Langacker, Ronald. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar* (Vol. I). Stanford: Stanford University Press.
- Lopes, Óscar. 1971. Gramática Simbólica do Português. Lisboa: FCG.
- Lyons, John. 1977. *Semantics* (vol I /II). Cambridge: CUP.
- Montague, Richard. 1974. *Formal Philosophy: Selected Papers of Richard Montague*. In R.H. Thomason (ed). New Haven: Yale University Press.
- Partee, Barbara. 1979. Semantics: mathematics or psychology? In R. Bäuerle et al (eds) *Semantics from different points of view*. Berlin: Springer Verlag.
- Peres, João. 1987. *Para uma semântica formal da quantificação nominal não-massiva*. Lisboa, FLUL. (ms)
- Russell, Bertrand. [1956] 1990. On denoting. In A.P. Martinich (ed) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 203- 211.
- Silva, Augusto Soares da. 1995. 'A Gramática Cognitiva: Apresentação e uma breve aplicação'. *Diacrítica* 10, pp. 83-116
- Silva, Augusto Soares da. 1999. *A Semântica de 'Deixar'*. Lisboa: FCG/FCT.
- Strawson, Peter Frederick. [1956] 1990. On referring. In A.P. Martinich (ed) *The Philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, pp. 219-234.
- Talmy, Leonard. 1988. Force dynamics in language and cognition. *Cognition Science* 12, pp. 49-100.
- Ullmann, Steven. 1964. *Semantics*. London: Blackwell.